

Tribunal Popular condena Governo Lula

Mais de 200 sindicatistas, ativistas de movimentos sociais e jovens do Brasil todo, instalaram um Tribunal Popular que condenou o Governo a devolver as fábricas Cipla e Interfibra para os trabalhadores! Veja mais pág 6 e 7



EDITORIAL

O verdadeiro escândalo é a aliança com os patrões!

Na semana em que esta edição do Jornal Luta de Classes foi fechada, o que se via nas manchetes e telejornais era o “tranca e solta” de Dantas, grampos de Greenhalgh, etc.

Mais um escândalo de corrupção envolvendo os “homens de Lula”. De um lado, a mídia burguesa busca demonstrar que no Governo eleito pelos trabalhadores a sujeira é tão comum como nos Governos anteriores e, portanto, nesse ano de eleições, facilitar a campanha dos candidatos da burguesia que, afinal de contas, “não são menos ‘éticos e honestos’ do que os candidatos do PT. Por outro lado, os defensores mais radicais do Governo alegam que tudo, desde Waldomiro, Mensalão e etc., não passa de uma conspiração da “mídia direitista” para derrubar Lula.

Mas o que nenhum dos dois

lados mostra é que inevitavelmente os escândalos vão continuar, pois eles têm um fundo político muito bem definido: a aliança de Lula com os capitalistas, com os partidos da burguesia, com os bandidos e corruptos que sempre estiveram no poder.

É impossível aliar-se aos sujos sem se sujar. E foi isso que Lula fez com seu Governo de Coalizão. E tudo tende a piorar com o aprofundamento das alianças. Além do acordo de BH que esboça um possível apoio de Lula e do PT a Aécio Neves para a sucessão em 2010, nas eleições municipais deste ano estamos vendo um maior número de municípios onde alianças com DEM e PSDB têm se intensificado e até municípios onde o PT abriu mão de candidatura própria para apoiar tucanos e democratas.

Porém, muito pior do que os escândalos de corrupção são as atrocidades políticas que o Governo tem cometido e que a direção do PT tem apoiado, por conta dessas alianças.

A privatização da Amazônia, das rodovias, da energia elétrica; a não anulação da privatização da Vale do Rio Doce; os acordos com Bush sobre o etanol e o incentivo à monocultura e o agronegócio em detrimento da reforma agrária; a ocupação militar do Haiti; os cortes em todas as áreas sociais para continuar subsidiando os capitalistas e enriquecendo ainda mais os banqueiros, são alguns exemplos das consequências destas alianças.

Foram essas alianças com os patrões e senhores da fome que levaram o Governo Lula a ser condenado por um Tribunal Popular no início de Julho (ver págs. 6 e 7). E a política

aplicada por conta dessas alianças, permite a ridícula classe burguesa brasileira se encher de coragem para articular mais repressão contra o povo trabalhador, como tem feito contra o MST no campo ou através das PMs nas cidades (ver pág. 11).

Por isso a Esquerda Marxista lança candidatos a vereador pelo PT em diversas cidades e impulsiona a candidatura de Miranda a prefeito de Caieiras-SP, que mantém erguida a bandeira da independência de classe, com finanças independentes da burguesia e exigindo que o Governo rompa a coalizão com os partidos inimigos da classe trabalhadora!

Junte-se a nós nessa batalha! Nos ajude a eleger os candidatos da Esquerda Marxista que serão um ponto de apoio na Câmara Municipal de cada cidade na luta pelo Socialismo!

CORREIOS

A greve continua

PÁGINA 2

PLENCUT

A independência da central em questão

PÁGINA 3

ELEIÇÕES

Candidaturas da Esquerda Marxista

PÁGINAS 4 e 5

GREVE GERAL

Revolta do Peru

PÁGINA 8

CIÊNCIA E MITO

A revista Veja e o Big-Bang

PÁGINA 10

PM ASSASSINA

A outra face da barbárie capitalista no Rio

PÁGINA 11

JUVENTUDE

Entrevista com “Mineiro” da Juventude Revolução

PÁGINA 12

PAINEL

Menos horas para o Patrão

Os funcionários dos Correios rejeitaram a proposta apresentada pela empresa no dia 15/07 e decidiram manter a greve. A paralisação atinge 22 Estados e mais o Distrito Federal.

A greve dos funcionários dos Correios se iniciou em 1º de julho e já são mais de 110 milhões de correspondências e 370 mil encomendas que deixaram de ser entregues aos seus destinatários.

Reivindicações

Os trabalhadores estão exigindo o cumprimento do acordo que foi assinado em novembro com a estatal, quando o governo se comprometeu por meio de um Termo de Compromisso implementar o adicional de risco de 30% sobre os salários dos carteiros. Porém o acordo ainda não foi cumprido pelo Governo Lula.

Os trabalhadores exigem a aprovação de um Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCS) proposto pela categoria e não o defendido pela diretoria da ECT, que visa explorar ainda mais os trabalhadores.

A categoria defende também o repasse linear para toda a categoria dos 25% do lucro destinados à Participação nos Lucros e Resultados (PLR). A reivindicação visa impedir que ocorram distorções absurdas. Enquanto o Presidente da ECT Carlos Henrique Custódio recebeu mais de R\$ 44 mil, tiveram trabalhadores que ganharam apenas R\$13,00.

Só a continuidade da greve poderá fazer o Governo ceder. A Esquerda Marxista presta toda solidariedade e apoio aos trabalhadores dos correios e soma esforços para a ampliação desta luta!



PROFESSORES DE SP

Lições da greve

ALEX MINORU

Depois de massivas assembléias e manifestações de rua que fizeram São Paulo tremer, a greve dos professores da rede estadual paulista foi encerrada no dia 4 de julho, com as principais reivindicações não sendo atendidas pelo governo do Estado.

Depois de 3 semanas de greve, com uma campanha da mídia que distorcia qual era a real luta dos professores e ressaltando apenas os problemas causados no trânsito pelas mobilizações, com a pressão nas escolas exercida pela direção e o perigo de ter os dias parados descontados do salário, a greve sofreu um desgaste natural, mas a isso se somou o importante fator de uma direção vacilante.

O papel da direção nos rumos de um combate é decisivo, e ficou claro desde o início que a direção da categoria, a direção da APEOESP (sindicato dos professores), estava sendo empurrada pela base a ir mais longe do que gostaria. Durante todo o processo de mobilização, apesar das radicais

falas no caminhão de som, eles pouco investiram na construção da greve. A APEOESP é o maior sindicato da América Latina, tem uma estrutura invejável proporcionada pela arrecadação entre os filiados, e tudo isso deveria ser colocado a serviço da luta dos professores por suas reivindicações, deveria ter sido utilizado para conscientizar os professores sobre a necessidade da continuidade da greve e para esclarecer a população e ganhar assim o apoio de outros setores.

No próprio dia 4 de julho a APEOESP participou de audiência no Tribunal Regional do Trabalho em caráter de negociação com o a secretaria de educação, no acordo firmado entre as partes, os representantes da categoria se comprometeram a encerrar a greve caso os dias parados não fossem descontados, o que foi inicialmente aceito pelos representantes do governo. O difícil é entender como os representantes da APEOESP puderam acordar um fim de greve antes da assembléia, sem a prévia discussão com a categoria. Depois é que a assem-



Marcha de professores após assembléia



Professores da Esquerda Marxista na Assembléia da APEOESP

bléia, diante da apresentação por parte da direção do acordo feito no TRT como uma vitória e do fato de muitos professores já terem começado a voltar a trabalhar, decidiu pelo fim da greve com cerca de 20 mil participantes e a manutenção de um estado de greve.

Agora, mesmo o acordo firmado entre sindicato e Estado, ameaça não ser cumprido, pois em nota no Diário Oficial a secretaria de educação disse que irá descontar os dias parados e que eles só serão pagos de acordo com as reposições das aulas pelos professores, só que a aula reposta em julho só será paga em setembro, e a reposta em agosto, paga em outubro – outro prejuízo é que o pagamento das aulas repostas serão pagas como a de uma aula dada por um professor eventual, que tem um valor menor (sem algumas gratificações) em relação às aulas dadas cotidianamente por efetivos e temporários. Na audiência a secretaria também tinha se comprometido a apresentar uma proposta para os outros pontos da pauta de reivindicações até o dia 10 de julho, coisa que não foi feita até o prazo e que não tem perspectiva para ser apresenta-

da.

Apesar das traições da direção e das mínimas conquistas conseguidas, como um reajuste de 5%, a incorporação de gratificações no salário e pequenas mudanças no decreto 53037 (que dificulta a remoção de professores entre escolas), a lição que deve ser tirada é que sem mobilização não há conquistas, que sem uma direção determinada e de luta no sindicato as conquistas estarão sempre prejudicadas, que a grande mídia sempre manipula as informações para favorecer os poderosos, que nenhuma confiança deve ser depositada nas palavras do governo (eles juram qualquer coisa para por fim à mobilização e depois se esquecem do que falaram), que o Tribunal Regional do Trabalho é uma instituição do Estado burguês, e por isso fecha os olhos diante dos descumprimentos da lei por parte do governo e dos patrões, que a categoria quando se junta demonstra uma grande força e que só seguindo o caminho da unidade e da luta é que será possível reverter as humilhantes condições de trabalho. Novas mobilizações estão guardadas para o segundo semestre!

ASSINE **LutadeClasses**

Jornal da Esquerda Marxista • 12 N°s - R\$ 36,00
Pela reconstrução da 4ª • 12 N°s - R\$ 50,00
Internacional (solidário)

Peça sua assinatura por carta, telefone ou e-mail.
Av. Santa Marina, 440, cj.04 - Água Branca, São Paulo, SP-CEP: 05036-000
Fone: (11)3615-2129 e-mail: contato@marxismo.org.br home: www.marxismo.org.br

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

Os Marxistas no PLENCUT

A hora de reafirmar a CUT Classista e Independente dos Patrões, do Estado e do Governo

ROQUE FERREIRA

Militantes sindicais de várias categorias que integram a Corrente Sindical Esquerda Marxista participaram das plenárias estaduais apresentando ao debate propostas e resoluções que reafirmam o caráter classista, independente e plural da Central Única dos Trabalhadores.

Em muitos Estados, as plenárias estaduais pouco debateram o texto base e as propostas encaminhadas pelas assembléias de base. Quando surgiam polêmicas o debate era evitado com o velho chavão: "as forças já estão discutindo e fazendo os acordos". Quem são estas forças, e quais os acordos feitos na cúpula que podem superar a soberania da base expressa nos delegados e delegadas que participaram das plenárias?

A direção majoritária da CUT parece estar cega. Esta prática cupulista imposta

pela burocracia aristocrática é que pavimentou o caminho para os oportunistas divisionistas darem conteúdo aos seus discursos, e colocarem em prática a política de destruição da central.

A 12ª Plenária Nacional que será realizada de 5 a 8 de agosto em São Paulo, deverá ser um momento para que de fato a CUT possa, com uma proposta clara de independência de classe, disputar a hegemonia na base do movimento operário e da classe trabalhadora, o que passa necessariamente pelo balanço da tática e da estratégia política desenvolvida e implementada pela direção da central.

Mas isso não será possível "fortalecendo a democracia e valorizando o trabalho", o que ao fim e ao cabo concentra a fórmula pela qual o patronato exerce à força o "seu direito" sagrado inscrito na constituição que mantém intacta as estruturas do estado burguês, de explorar cada

vez mais a classe trabalhadora através da retirada de direitos, da precarização das condições de trabalho, da criminalização dos movimentos sociais, do trabalho escravo e degradante.

Um tema que não poderá ser contornado na 12ª Plenária Nacional da CUT, é o que tratada do Estatuto da Igualdade Racial, que teve emenda aprovada na plenária estadual de Pernambuco, por 42% dos delegados presentes, cujo conteúdo reivindicava que a CUT desenvolva uma campanha nacional para derrotar este projeto na Câmara dos Deputados.

Iniciadas no governo Fernando Henrique Cardoso e aceleradas no governo Lula, sob o impulso do imperialismo EUA e da social democracia internacional, através da ONU e da Conferência de Durban, a implantação das ditas políticas afirmativas (Cotas para negros) encontra seu auge no projeto de lei chamado "Estatuto da Igualdade

de Racial", que pretende dividir o povo brasileiro em "etnias" e implantar documentos de identidade raciais cujo único paralelo conhecido são os "passaportes" negros da África do Sul (Azânia) do Apartheid, do "Congo Belga" (atual Ruanda) com as conseqüências horrorosas que conhecemos ou a monstruosidade do "passaporte" judeu imposto pelos nazistas.

Os trabalhadores que combatem pela igualdade e pelo socialismo, não podem aceitar isso. Devemos combater de forma irredutível todas as políticas que pretendem dividir e enfrentar entre si a classe trabalhadora e os oprimidos com o objetivo de esconder a política de exploração e opressão aplicada pelos governos a serviço dos capitalistas.

Os que falam em cotas para negros em nome da igualdade, são os mesmos que entregam bilhões de dólares aos banqueiros, especula-

dores e multinacionais e se recusam a implantar Educação e Saúde Públicas e de qualidade para toda a população.

O governo anuncia brutais cortes de gastos nas áreas sociais, ao mesmo tempo em que anuncia a desoneração fiscal e financiamento subsidiado de mais de 30 bilhões de reais para os empresários. Bilhões para os capitalistas, privatização e sucateamento dos serviços públicos para o povo trabalhador e, portanto, para os negros pobres.

As ditas políticas "afirmativas" com o viés racial, é a síntese do pacto proposto pelas políticas batizadas de "nova governança mundial", nome pomposo para a velha política de conciliação de classes, à qual boa parte da direção da CUT aderiu. Mudou a forma, mas o conteúdo é o mesmo e é o que leva a atual direção da central para integração aos fóruns tripartites e conselhos governamentais, colocando em risco a independência da central.

PERNAMBUCO

Metalúrgicos de PE: Vitória da chapa da CUT

FAUSTÃO

Nos dias 02, 03 e 04 de Julho foram realizadas as eleições para a Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de PE, na qual concorreram duas chapas.

O resultado foi uma importante vitória da chapa (1) CUT, que obteve 1887 votos, contra 1244 votos da CTB/PCdoB. Foi uma importante vitória do campo cutista com uma diferença de 643 votos, o que no movimento sindical é muito expressiva.

Essa vitória na verdade não expressa um apoio irrestrito à política desenvolvida pela mai-

oria da direção da CUT, e sim uma resposta política dos metalúrgicos de Pernambuco contra aqueles que tentam dividir a classe e suas organizações.

Esta é mais uma demonstração de que a classe trabalhadora não está disposta a ver suas organizações transformadas em correia de transmissão de partidos políticos, que para atender a projetos de natureza politico-partidária e os interesses de seus agrupamentos, não vacilam em dividir as organizações da classe trabalhadora, o que facilita os ataques dos Governos e Patrões.

É bem verdade que a direção majoritária, ao implementar uma política equivocada,

vem fragilizando a central do ponto de vista das mobilizações dos trabalhadores, ou seja, essa política de institucionalizar a CUT via PL 1990, de reconhecimento das centrais nada mais é que atrelar e submeter às organizações operárias ao controle do Estado.

Esse é o grande negócio do Governo Federal: ter nas mãos o controle absoluto dos dirigentes sindicais cutistas, para que estes o ajudem a implementar os projetos que já foram anunciados, e que são contrários aos interesses dos trabalhadores, como o PL de Cândido Vaccarezza de reforma e flexibilização da CLT (Consolidação das Leis do

Trabalho).

Hoje, mais do que nunca, a classe trabalhadora está confrontada com uma grande tarefa: a necessidade de defender a CUT, como uma ferramenta de luta, que sofre ataques tanto pela política vacilante e burocrática da maioria de sua direção, quanto pela política dos divisionistas que se colocam acima do projeto coletivo de milhares que ajudaram a construir a maior central sindical da América Latina.

Isso coloca para todos os cutistas autênticos e de luta a tarefa de continuar o combate em defesa das bandeiras históricas da central e dos pilares cen-

trais nos quais a CUT foi fundada em 1983. Isso passa pelo combate político contra os burocratas, pelegos e os divisionistas do movimento operário. A vitória obtida pela chapa da CUT nos Metalúrgicos de Pernambuco reforça a necessidade de fortalecermos as oposições cutistas a nível nacional, disputar e ganhar o maior número de sindicatos.

Só com a unidade dos trabalhadores é que podemos combater e vencer os ataques impostos pelos inimigos da nossa classe.

* Faustão é químico e membro da Executiva Estadual da CUT-PE.

Candidaturas da Esquerda Marxista a Vereador pelo PT

JOINVILLE

13670 – Adilson Mariano



Filiado ao PT desde 89, em 2000 foi o vereador mais votado do PT e reeleito em 2004. Em 2006, foi o candidato a deputado estadual mais votado do PT de Joinville.

Mariano é coordenador do Fórum de vereadores do PT de SC e membro do Comitê Nacional em Defesa do Emprego, Reforma Agrária e Direitos Trabalhistas, em apoio ao Movimento das Fábricas Ocupadas Cipla e Interfibra.

É um incansável batalhador pelas causas da classe trabalhadora e da juventude. Sempre defendeu as bandeiras históricas do PT, por melhores salários, pela manutenção e ampliação das conquistas da classe trabalhadora e contra a criminalização dos movimentos sociais.

Bandeiras de luta: pela valorização dos servidores e ampliação dos serviços públicos, gratuito e de qualidade.

Apoio aos estudantes pelo fim da cobrança de taxas nas escolas públicas, na luta pelo passe livre, apoio às Associações de Moradores e Movimentos Sociais na luta por moradia, educação, saúde, saneamento básico entre outros.

FLORIANÓPOLIS

13413 - Charles Pires

Filiado no Partido dos Trabalhadores desde 2000, Charles Pires (13413) é torneiro mecânico da Comcap há 12 anos. Como diretor do Sintrasm - Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Florianópolis, coordenou as principais lutas dos servidores da Prefeitura em defesa de melhorias nas escolas e creches, do atendimento nos postos de saúde e das condições de trabalho dos trabalhadores da Comcap.



Charles também fez parte da Direção Estadual da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e FETRAM (Federação dos Municipários de SC), contribuindo na organização dos trabalhadores catarinenses nas lutas pela redução da jornada de trabalho sem redução do salário, contra a Reforma Trabalhista, na conquista do passe livre para estudantes e contra o aumento da tarifa de ônibus, entre outras.

Charles Pires é a liderança coerente que sempre está no enfrentamento direto contra todas as políticas que defendem os interesses da burguesia!

As forças produtivas, a ciência e a tecnologia, os recursos existentes deveriam garantir o fim da pobreza e uma vida digna para toda a humanidade. Entretanto, a manutenção da propriedade privada, a concentração do capital financeiro em mãos de uma minoria e as políticas de governos que sustentam o capitalismo mantêm uma situação de injustiça, desigualdade, guerras e miséria para os povos de todo o mundo.

A luta pelo atendimento de nossas reivindicações imediatas (sindicais, comunitárias e populares) deve estar integrada e só será vitoriosa com a construção de uma sociedade socialista, onde o Estado seja controlado e dirigido diretamente pelos trabalhadores, para que no futuro possamos viver em uma sociedade sem classes sociais e sem qualquer tipo de exploração.

Os candidatos a vereador da Esquerda Marxista se propõem a ser ponto de apoio para a classe trabalhadora fazer história pelas suas próprias mãos!

Compromissos de luta!

Lutamos contra a exploração capitalista e defendemos a construção do socialismo;

- Lutamos por melhores condições de emprego e vida para a classe trabalhadora e por maiores salários e melhores condições de trabalho;

- Defendemos a previdência pública e solidária e lutamos pela revogação das reformas da previdência que retiraram direitos dos trabalhadores;

- Defendemos um serviço público gratuito, de qualidade, com a abertura de novos concursos públicos;

- Lutamos pela construção de creches para acabar com as filas de espera e pela construção de novas escolas para que possamos diminuir o número de alunos por sala de aula possibilitando a melhoria da qualidade do ensino;

- Para que tudo isso seja possível, lutamos pela revogação da LRF, pelo fim do pagamento da dívida pública para que este dinheiro seja investido maciçamente nas áreas sociais.

BAURU

13613 - Roque Ferreira

Roque José Ferreira, 53 anos, fundador do Partido dos Trabalhadores, da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Movimento Negro Socialista (MNS), que luta contra o racismo e o Projeto de Lei mal denominado "Estatuto da Igualdade Racial" que pretende dividir o povo através das cotas e da classificação obrigatória de 'raça' nos documentos de identidade.



Roque também é Coordenador Geral do Sindicato de Trabalhadores em Empresas Ferroviárias de Bauru, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso; membro da Diretoria Executiva da Federação Nacional Independente dos Trabalhadores Sobre Trilhos.

Em 2004 foi o oitavo candidato a vereador mais votado da cidade de Bauru, obtendo 2458 votos pelo PT.

Quem conhece o Roque sabe de sua luta, de sua coerência na defesa dos interesses da classe trabalhadora e da juventude, contra o racismo e em defesa do socialismo.

Sua candidatura será um instrumento para uma sociedade sem explorados nem exploradores. Com diria a juventude: "Se liga no toque! Hey, hey! É hora do Roque!"

JOINVILLE

13134 - Moacir Nazário



Moacir Nazário, líder comunitário da Associação de Moradores do Adhemar Garcia – bairro de Joinville. Em 2004 recebeu da comunidade 1881 votos, em sua primeira candidatura a vereador, fruto das lutas que esteve à frente.

Filiado ao PT desde 2003, é secretário geral da Federação das Associações de Moradores de Joinville. A partir de 2005 ocupou o cargo de assessor parlamentar do Vereador Adilson Mariano.

Bandeiras de luta: pela ampliação dos serviços públicos, gratuitos e de qualidade; apoio aos estudantes pelo fim da cobrança de taxas nas escolas públicas; pelo passe livre; incentivo às Associações de Pais e Professores (APPs) de forma independente em defesa do serviço público; apoio às Associações de Moradores e Movimentos Sociais na luta por moradia, educação, saúde e saneamento básico.

ELEIÇÕES

Em Caieiras, PT sem patrões!

Sem coligação com partidos burgueses, campanha anima militantes em Caieiras

Com muito entusiasmo cerca de 100 pessoas, candidatos, apoiadores e simpatizantes do PT e do PCdoB, participaram da plenária “Hora da Mudança”, realizada dia 11 de Julho, no Sindicato dos Papeleiros de Caieiras. O objetivo da atividade foi para dar o pontapé inicial na campanha do companheiro Miranda a prefeito, com seu vice, o professor Tá Doce e da chapa de 20 candidatos a vereador. Num clima de otimismo e confiança, os oradores foram unânimes em apontar a candidatura Miranda como a única que representa os anseios da juventude e do povo trabalhador de Caieiras.

O professor Jesse Felipe, dirigente regional da APEOSP, declarou em seu discurso que “Miranda é a candidatura democrática e popular que impulsiona a luta da população de Caieiras para conquistar melhores condições de vida e trabalho. Os eleitores de Caieiras têm duas possibilidades nessas eleições: manter os mesmos ou eleger Miranda para colocar a prefeitura a serviço do povo. As candidaturas da “direita” representam o continuísmo. Eles já compraram votos para essas eleições. Mas nós saímos na frente porque a nossa garra e a nossa postura ética nos levará a vitória”.



Plenária em Caieiras (11/07)

“Apoio Miranda porque ele defende as lutas das classes minoritárias de Caieiras. Votar no Miranda é votar na mudança efetiva. Ele é um representante da classe operária para derrotar as oligarquias da cidade”, disse Willians Henrique – membro do Diretório Municipal do PT de Caieiras.

“A candidatura Miranda traz, na consciência e na formação, a mudança política, social e cultural para Caieiras. Miranda tem experiência, amadurecimento e consegue dialogar com outros grupos do partido. Ele unifica os petistas que querem a emancipação da classe trabalhadora”, declarou Selma Carvalheiro, do diretório municipal do PT.

“Na campanha de 2004

(quando havia coligação PT com o PSDB) não podíamos falar o que queríamos. Estávamos com as mãos algemadas. Hoje me sinto livre para dizer o que penso”, disse emocionada Isabel Lozano, candidata a vereadora.

“Tenho orgulho de fazer campanha para o Miranda. É diferente das eleições passadas, quando o PT estava coligado com o PSDB. A candidatura Miranda representa a mudança e resgata o PT das origens. Fazer campanha para um militante político com a história de lutas do Miranda é mais fácil porque nos anima”, discursou a professora Eliane Costa, representante da APEOSP na Região.

A campanha da coligação “Hora da Mudança” está “bombando”, como dizem os mais jovens. A disposição para eleger Miranda prefeito é muito grande entre os militantes. No domingo, dia 6, primeiro dia de campanha, uma carreta percorreu as ruas dos bairros da cidade e foi recebida com muita alegria pelas pessoas que assistiam das calçadas. “Chegou a hora da mudança”, saudavam os militantes. Já está agendada para o dia 16 de agosto uma plenária com edu-

cadores do município. Enquanto isso, os companheiros da Juventude Revolução e da União da Juventude Socialista estão articulando uma plenária com os jovens de Caieiras. O objetivo é trazer algumas centenas de estudantes para discutir educação, cultura, lazer e transporte. Miranda já se comprometeu: se for eleito, o primeiro ato será implantar o Passe Livre para todos os

estudantes da cidade. Mas, quer a juventude organizada desde já em torno dessa justa reivindicação. O ato de lançamento das candidaturas “Hora da Mudança”, no dia 9 de agosto, também está sendo organizado com muito carinho por todos que participam da campanha. O sentimento é que agora é a hora da mudança em Caieiras. É a nossa força e a nossa vez.

Mudança também na Câmara de Vereadores de Caieiras

O companheiro da Esquerda Marxista, Rosalvo Cardoso dos Santos, conhecido na Região como “Sindicato”, é um dos 20 candidatos que compõem a chapa de vereadores da coligação “Hora da Mudança” em Caieiras. Seu apelido não é à-toa. Nascido em Boa Nova, Bahia, veio para São Paulo aos 21 anos em busca de melhores condições de vida e trabalho, como tantos outros irmãos nordestinos. Logo ao chegar ingressou na luta sindical e se filiou ao Partido dos Trabalhadores. Participou ativamente de todas as greves gerais contra a recessão causada pela política do governo Sarney. Participou da CUT Regional e nesta época conheceu o companheiro Miranda. Juntos participaram de várias lutas, como do “Fora Collor”, do ato dos 50 mil em São Paulo e dos 100 mil em Brasília.

Em 1997 mudou-se para Caieiras onde trabalhou na construção de moradias em sistema de mutirão. No decorrer de sua história, toda sua luta foi voltada à classe operária.

Rosalvo defende a criação de uma empresa pública de transporte; passe livre para os estudantes; isenção de IPTU para os moradores afetados pelo lixão; construção de moradias para trabalhadores de baixa renda; mais investimentos em saúde preventiva; construção de novas creches e ampliação do horário de funcionamento; construção de uma escola profissionalizante, centros culturais e poli-esportivos nos bairros e um parque municipal.

“Com Miranda prefeito, faremos as mudanças que a nossa cidade precisa”, ressalta Rosalvo, o Sindicato.



Miranda em Brasília contra as leis racistas



ORGANIZAÇÃO REVOLUCIONÁRIA

Governo Lula é condenado no Tribunal Popular

A exibição de um emocionante documentário sobre as fábricas ocupadas e a intervenção, produzido pelo jornalista Flávio Damiani, marcou o Ato de abertura do Tribunal.

"Acusamos o governo Lula..."

No dia seguinte, mais de 200 trabalhadores e jovens se inscreveram e ajudaram a instalar oficialmente o Tribunal Popular. Para a presidência do júri, foi nomeado o Dr. Luis Gustavo Raupp, advogado e presidente do Centro dos Direitos Humanos de Joinville, SC. Serge Goulart, coordenador do movimento das fábricas ocupadas (membro da comissão de fábrica que dirigia a Cipla) apresentou a acusação.

Como, apesar de convidados, os acusados (Lula, Luis Marinho e o Juiz Federal Oziel Francisco de Souza), não compareceram e nem enviaram seus representantes, o presidente do Tribunal Popular nomeou como defensora pública a advogada Luana Duarte Raposo, advogada dos trabalhadores da Flaskô.

Serge Goulart acusou o governo Lula, a burguesia e o Judiciário de criminalização dos movimentos sociais. De tentar encobrir, com o manto da democracia, os ataques contra o movimento operário e social que não param de cres-

cer no Brasil.

Explicou também que a intervenção contra a Cipla e Interfibra tem um claro caráter de classe: "Acusamos o governo Lula de organizar, a mando dos capitalistas, um ataque policial-militar contra os trabalhadores que defendiam seus empregos, cassando e destituindo uma direção eleita pelos próprios trabalhadores; buscando cortar pela raiz, a propagação pelo mundo todo, da mensagem de que a classe trabalhadora, unida, é capaz de gerir a sociedade sem os patrões".

A defensora nomeada apresentou as alegações da decisão do juiz federal Oziel Francisco de Souza, que justificariam a intervenção e toda a ação violenta desferida por cerca de 150 homens da Polícia Federal e PM contra os trabalhadores. Trechos da sentença de execução fiscal foram lidos, causando indignação entre os participantes.

Testemunhas relatam fatos e dramas pessoais

Após essa etapa, testemunhas foram ouvidas. Dominginhos, trabalhador da Interfibra demitido na intervenção, explicou:

"A minha saída da empresa, junto com esse grupo de frente da Cipla, forçada pelos policiais federais, foi terrível! Fui tratado como bandido,

injustiçado, fui demitido por justa causa". Dominginhos ainda leu um trecho da carta de demissão que recebeu, no qual o interventor o proibia de entrar "em nosso parque fabril" e questionou: "de quem é esta fábrica? De quem trabalhou 31 anos, um mês e 20 dias ou do 'artista' que apareceu uma única vez na Interfibra para entregar um documento desses? Isso me indigna porque a empresa é dos trabalhadores e não dele!".

Onírio, ex-trabalhador da Cipla, emocionou a todos ao contar que quando chegou em casa, após ter sido arrancado pela polícia de dentro do parque fabril, encontrou um desenho de seus filhos pequenos onde estava escrito: "pai, nós vamos te ajudar com a Cipla". Para encerrar, Onírio mostrou o papel e disse: "Esse desenho me credencia a estar nas fileiras de luta da classe operária, a jamais abandonar o sonho, a jamais deixar de proteger nossos filhos".

Em seguida, Pedro, Fernando e Carlão, trabalhadores da fábrica ocupada Flaskô, explicaram como o interventor tentou tomar posse da empresa em Sumaré/SP (dias depois da ação contra os trabalhadores da Cipla e Interfibra) e como conseguiram expulsá-lo de lá. Contaram também que o interventor buscou de todas as formas sabotar a fábrica e que conseguiu, em acordo com a companhia de energia elétrica, cortar o fornecimento de luz.

"Ficamos mais de 40 dias sem energia elétrica, passamos dificuldades e foi aí que contou a união dos trabalhadores da Flaskô, pois um ajudou o outro, inclusive com comida. Perdemos clientes, ficamos dois meses sem salário, não tínhamos matéria-prima e a situação continua difícil até hoje. A Flaskô pode fechar, companheiros. Não estamos

conseguindo manter a fábrica. Não temos crédito, pagamos muito caro a energia elétrica e, precisamos então, urgentemente, de ajuda", pede Fernando.

Carlos Castro, outro dirigente demitido da Cipla, explicou que a redução da jornada de trabalho para 30 horas semanais, sem redução dos salários, enfureceu a burguesia, por que os trabalhadores de outras fábricas começaram a se perguntar: "se na Cipla, uma empresa endividada, eles podem, por que nós não podemos"? E que, sem dúvida, por isso mesmo, esse foi mais um fator que levou a burguesia a pedir ao governo Lula a intervenção.

Já o depoimento da ex-trabalhadora da Cipla, Ivone, foi importante para relatar o clima na fábrica após a intervenção. "Eu estava afastada por motivo de doença e depois de uns dias voltei para trabalhar. Eu tinha que trabalhar. Depois de tanto tempo trabalhando lá... A minha vontade era ficar do lado de fora, junto com meus companheiros. Mas, tinha que trabalhar. Aí quando entrei lá dentro, todo mundo me olhava como se eu fosse uma bandida. Não agüentei ficar muito tempo. Fiquei só cinco meses e depois saí. Mas, não sei, eu tenho fé que um dia nós vamos retornar para a fábrica e todo mundo vai receber o seu direito".

Mais denúncias de criminalização dos movimentos sociais

José Martins - economista e editor do boletim "Crítica Semanal da Economia" - foi convidado a fazer uma análise da crise mundial que está se gestando, sua proporção e como ela vai atingir os trabalhadores. Aproveitou para avaliar também as possibilidades de acirramento da luta de classes num futuro próximo, onde a

classe operária será chamada novamente a ocupar fábricas para resistir e construir uma nova sociedade.

Roque Ferreira, da Federação Nacional de Trabalhadores sobre Trilhos da CUT, explicou que a privatização das ferrovias reduziu brutalmente o número de trabalhadores e acarretou em perda de direitos. E a luta dos ferroviários para manter e reconquistar direitos tem se chocado com as mais duras reações anti-sindicais das operadoras privadas, em particular a América Latina Logística (ALL), que chegou a demitir todos os diretores do Sindicato de Bauru, MT e MS e a suspender o repasse das mensalidades. Assim como as diversas condenações criminais de dirigentes ferroviários em todo o Brasil.

Charles Pires, do SINTRASEM (sindicato dos servidores municipais de Florianópolis) exibiu o vídeo de uma manifestação pacífica da categoria, em greve durante a campanha salarial de 2007, que foi brutalmente reprimida pela Polícia Militar e que resultou em dirigentes sindicais algemados, ameaçados de prisão e até de morte pelo comandante da PM.

"Deram voz de prisão e me puseram dentro da viatura do BOPE. Nisso chega o major e me dá um tapa na cara e diz: 'há muito tempo eu queria te pegar, dar um jeito em ti. Eu vou acabar com tua vida, eu vou te apagar'", relata Charles. "O lado bom da desgraça é que ela une os desgraçados e nossas mobilizações, que reuniam 1500, 2000 trabalhadores, no dia seguinte, tinha 4.500 nas ruas. E só não fomos presos naquele dia porque cerca de 600 trabalhadores fizeram piquete na delegacia e nossos advogados conseguiram nos soltar".

Edinho, presidente do



Plenário ovaciona sentença do Tribunal Popular

que julgou a Intervenção nas fábricas ocupadas



Mesa do Tribunal Popular

sindicato dos metalúrgicos de Garuva, explicou a demissão dos dirigentes recém-eleitos e o apoio dos juízes a este absurdo.

O Movimento Negro Socialista destacou, por sua vez, a violência física e moral contra os jovens pobres da periferia, que são negros em sua maioria. Também combateu a política de cotas e o Estatuto da Igualdade Racial que estimulam o racismo e alimentam a ilusão de que os negros podem se integrar plenamente no sistema capitalista.

MST se ergue contra as perseguições

João Guilherme representou o MST no Tribunal Popular e avaliou as constantes perseguições que os sem terra sofrem e as diferentes formas de repressão empreendidas.

"Para destruir uma organização, há necessidade de um estudo muito grande. É isso que está acontecendo com o MST. Para nos acusar, buscam base em algumas coisas, como em artigos que possam nos incriminar", avalia o companheiro sem terra.

Em outro momento, João Guilherme afirmou: "os processos contra os dirigentes são o meio mais fácil para tentar nos aquietar, porque se a pessoa for pega de novo, corre o risco de ir parar na cadeia, como acontece muitas vezes.

Em SC, por exemplo, de 12 membros da direção regional, tínhamos 10 com prisão preventiva decretada. Isso é quebrar com a liderança!"

Outro problema citado são as milícias armadas, contratadas para defender a propriedade privada. "Em outros estados, isso já é mais comum, mas está chegando aqui no Sul mais recentemente e estão atuando como policiais. São treinados para instigar a violência, criam situações de conflito e depois nos acusam", denuncia o MST.

Por fim, João Guilherme avalia: "o que aconteceu no RS nos deixa muito preocupados, mas tem nos alertado também para a necessidade de unidade com os movimentos sociais, porque a sentença não é só para o MST. Ela cita também, com detalhes, todos os movimentos que atuam no campo".

Condenação do vereador Adílson Mariano é absurda

Adílson Mariano, da Esquerda Marxista, está no segundo mandato de vereador pelo PT, em Joinville/SC. Sempre esteve presente na luta das fábricas ocupadas, sindicais, da juventude e por serviços públicos. Por isso, já enfrentou diversas tentativas de cassação.

"Estamos com 22 processos e recentemente, em dezembro de 2007, um deles foi

julgado. Soubemos da sentença pela imprensa, de que fui condenado a um ano e três meses de prisão por ser mentor intelectual das manifestações contra o aumento da passagem do transporte coletivo e por passe livre, que reuniram mais de três mil jovens e trabalhadores em 2003", explica o vereador.

"A única possibilidade que nós temos, enquanto classe trabalhadora, para reverter esse processo de criminalização dos movimentos sociais é, com certeza, se unindo e, de forma solidária, se contrapondo, porque um ataque contra um, é um ataque contra todos!"

Sentença condena governo Lula a devolver a Cipla e a Interfibra para os trabalhadores

Nas considerações finais, Serge Goulart ressaltou que o Tribunal "é a concretização da vontade unânime da classe trabalhadora na condenação à intervenção", dando exemplos de várias centrais sindicais e movimentos sociais que se pronunciaram pelo mundo, da Europa, Ásia e América Latina.

"Também aqui no Brasil, como os 17 mil delegados ao Congresso do MST ou o Congresso da CNQ-CUT, representando milhares de trabalhadores do ramo petrolei-

ro, químico, plástico, vidro, papel e borracha e até mesmo a Executiva Nacional da CUT, tomou posição contra a intervenção e solicitou uma audiência pública com o presidente Lula, para tratar de devolver as fábricas aos trabalhadores."

Lembrou que o senador Eduardo Suplicy (PT/SP) pronunciou-se também contra a intervenção, assim como tantos outros parlamentares.

Serge também lembrou os milhares de mortos pelas ditaduras militares na América Latina e os milhares de palestinos mortos e despejados pelo Exército de Israel, apoiado pelos países imperialistas para avisar que "os capitalistas não podem derrotar a classe trabalhadora, porque nós crescemos como a relva depois da chuva. Eles passam o trator e nós crescemos novamente. Eles fecham as fábricas e nós abrimos, eles roubam as terras e nós ocupamos, eles fazem guerras e destroem as nações, nós construímos um futuro de paz!"

E continuou: "vamos levar essa mensagem a todos os cantos da América, a toda a classe trabalhadora e juventude, para construir nosso futuro no dia-a-dia do combate, condenando aqueles que abandonaram a classe trabalhadora e se puseram de quatro frente aos poderosos. Eles não podem derrotar, porque sem a au-

ra, uma lâmpada não se acende, uma roda não gira, uma porta não se abre, nada funciona. Os capitalistas não passam de parasitas que sugam a humanidade e a classe trabalhadora é a força e o futuro da humanidade!"

Após as alegações finais, por unanimidade o Tribunal Popular aprovou a condenação do governo Lula pela intervenção na Cipla e Interfibra gritando: "Condenação! Condenação! Abaixo a Intervenção!"

Depois, a sentença de condenação foi lida, na qual constam as iniciativas que o Tribunal Popular adota, para fazer valer a vontade refletida pelos participantes e organizações presentes:

1. Uma delegação de oficiais de justiça do povo irá a Brasília intimar Lula comunicando a condenação e decisão de que Lula retire a intervenção e devolva a Cipla e a Interfibra aos trabalhadores.

2. Confecção de um Projeto de Lei no Congresso Nacional de anistia geral a todos os atuais perseguidos, condenados, e ameaçados, por participar de movimentos sociais.

3. Apoio à preparação do II Encontro Latino-Americano de Empresas Recuperadas pelos Trabalhadores, a se realizar na Venezuela, em 2009.

4. Continuidade da luta em defesa da fábrica ocupada Flaskô, na luta pela estatização sob controle operário.

5. Participação de representantes do Tribunal Popular na reunião nacional convocada pelo MST para discutir a criminalização dos movimentos sociais propondo um movimento unitário e o PL de Anistia.

6. Publicação de um livro sintetizando as denúncias, debates, sentença e resoluções adotadas pelo Tribunal Popular.



Plenário escuta atento testemunhas no Tribunal Popular

PERU

Greve geral contra o governo de Alan García



JORGE MARTIN

Em 9 de Julho, dezenas de milhares de trabalhadores, jovens e camponeses saíram às ruas do Peru, como parte de uma greve geral nacional. A greve foi convocada para protestar contra a política econômica direitista do governo Alan García. Apesar de seis longos anos de crescimento econômico (em 2007, a economia cresceu cerca de 9%), aproximadamente 50% da população vive abaixo da linha da pobreza e a política do governo García somente beneficiou as multinacionais que saqueiam os recursos naturais do país, principalmente minérios. A greve também foi convocada para protestar contra a carestia de vida e a dura repressão utilizada pelo governo e as autoridades contra uma série de movimentos de massa que afetaram o país nos últimos meses.

Na greve também parti-

ciparam as organizações camponesas que haviam convocado uma paralisação de 48 horas para protestar contra o novo decreto de venda de terras camponesas e indígenas, que são de propriedade comunitária. Supõe-se que este decreto atualiza a legislação do país na linha do recente Acordo de Livre Comércio assinado com os EUA. Na região amazônica, a greve foi de três dias, com manifestações de massas contra uma nova lei que permite a exploração de grandes áreas florestais amazônicas por parte das empresas madeireiras.

No sul e centro do país, onde a taxa de aprovação de Alan García está em apenas 10%, o movimento grevista foi mais forte. Estas regiões, em 2002, presenciaram insurreições de massa contra a privatização da eletricidade e os sindicatos e organizações camponesas criaram Frentes Regionais de Defesa.

Em Lima, a capital, mani-

festaram-se 20 mil trabalhadores, incluindo setores como o transporte, professores, trabalhadores de universidades, estudantes, operários da construção civil, etc. Dezenas de milhares se manifestaram em Piura e Trujillo, ao norte do país e houve manifestações similares nas cidades mais importantes do país - por exemplo, em Hyancayo se manifestaram 15 mil.

Desgraçadamente, as reivindicações políticas deste extraordinário movimento foram muito limitadas. Os dirigentes da Central Geral dos Trabalhadores do Peru (CGTP) disseram que se tratava somente de uma primeira ronda e que o movimento continuaria com a convocatória de Assembléia Nacional dos Povos... em Novembro! Isso permitiu a Alan García declarar que a greve tinha sido um fracasso e que não responderia às exigências "anti-democráticas da população, que somente queria derrubar a democracia, seguindo ordens da Bolívia e Venezuela".

Este fato demonstra a debilidade da direção. Nas discussões preparatórias à greve, os dirigentes da CGTP e o Partido Comunista insistiram que não existiam condições para apresentar a consigna: "Fora Alan García!", que é o que estavam defendendo os marxistas da Força de Esquerda Socialista. Mas, nada mais distante da realidade. Peru passou um período convulsivo, desde que as massas derrubaram, em 2000, a ditadura de Fujimori. O governo Toledo, anterior ao de Alan García, somente conseguiu ganhar as eleições, baseando-se em um programa composto por promessas de reformas e concessões às massas, aproveitando-se também do fato de "ser índio". Mas, estas ilusões rapidamente se esvaneceram e vimos um movimento de massa que adquiriu proporções insurrecionais no sul do país.



Depois chegou ao poder Alan García em uma eleição muito ajustada, muitos suspeitam que foram arranjas e, uma vez mais, somente conseguiu ser eleito graças ao distanciamento da política "neoliberal" de seu predecessor. Pouco depois de sua eleição, começaram de novo as manifestações de massa e as greves, sua popularidade se afundou e teve que recorrer a uma cruel repressão para manter-se no poder.

Uma prova da situação explosiva da luta de classes no Peru é o recente movimento em Moquegua. Em Junho, a população desta região rica em minérios, começou um movimento de protesto para exigir uma parte maior dos lucros da mineração que deveriam ficar na região, uma área com elevada taxa de pobreza, apesar da riqueza do subsolo. Estas manifestações, que mobilizaram dezenas de milhares, se enfrentaram a uma dura repressão policial.

Foi a faísca que incendiou o atual conflito. Trabalhadores, mineiros, camponeses, mulheres e jovens, unidos como uma mesma pessoa, armando-se e ocupando as delegacias, fizeram reféns os oficiais de polícia. Ao enfrentar-se a uma insurreição regional que ameaçava se estender às regiões vizinhas, o governo teve que fazer concessões. O chefe de polícia e 60 oficiais tiveram que pedir desculpas, de joelhos, frente a uma manifestação de dezenas de milhares de pessoas.

Isso é uma prova concreta do ambiente que existe no país e da disposição das massas à greve, inclusive saíram vitoriosos de um enfrentamento com a repressão estatal, mesmo quando lhe dão uma direção "meia-boca". É bastante provável que as massas não esperem novembro para colocar-se de novo em movimento. No Peru, está preparado o cenário para acontecimentos revolucionários.



ARGENTINA

IMPA é dos trabalhadores

Eduardo Vasco Murua, dirigente operário da IMPA – fábrica ocupada pelos trabalhadores desde 1998 – e membro do MNER (Movimento Nacional de Empresas Recuperadas) da Argentina, esteve presente no Tribunal Popular para julgar a intervenção federal na Cipla e Interfibra e concedeu uma entrevista ao camarada Rafael Prata, para o Jornal Luta de Classes. Publicamos trechos dessa entrevista abaixo.

Prata: Comente sobre a atual situação política na Argentina.

Murua: A situação política na Argentina tem uma complicação porque há uma luta entre burgueses, entre os setores que detêm as estruturas de poder. O setor agro-exportador (que domina a economia do país) e os que operam os serviços públicos, como de petróleo e energia, estão travando uma batalha com o governo para ver quem fica com a maior porção da renda nacional.

A partir de 2003, o país recuperou o poder financeiro do Estado e a capacidade produtiva e o preço dos alimentos – que vêm aumentando – permitiu que a classe dominante se reconstituísse e brigasse pela renda. Nessa situação, o governo se encontra quase seqüestrado nessa disputa intra-burguesa e nós, os trabalhadores, do movimento operário e das organizações sociais, estamos fora, não estamos aproveitando essa disputa que existe “por cima”, da forma como deveríamos aproveitar.

A disputa política, a discussão sobre a renda, está quase que limitada aos setores dominantes e, lamentavelmente, por estarmos fora, vamos acabar pagando por isso, porque aumenta a inflação, aumenta o custo de vida e os salários estão parados. A atitude da burocracia sindi-

cal é de colocar um freio à luta, apesar de haver disposição por parte dos trabalhadores de recuperar os salários e as reivindicações. A burocracia que controla os sindicatos está aliada ao governo para evitar qualquer reclamação.

Por outro lado, a economia segue crescendo. O Produto Interno Bruto não vai crescer 8% como cresceu até agora, nos últimos cinco anos, mas vai crescer 5,5 ou 6%. No setor industrial, estará parada a recuperação de emprego. A burguesia industrial não aproveitou esses últimos anos para incorporar novas tecnologias, apenas está usando o que estava parado com a crise de 2000-2001. Estão usando a capacidade produtiva instalada. O que fizeram foi lucrar, sem investir, como sempre.

Isso vai provocar uma nova incompatibilidade, uma nova crise. Ao não incorporar maquinário, teremos que importar produtos industrializados da China e do próprio Brasil. Acreditamos que, mais cedo do que pensávamos, vamos ter mais uma crise. Numa situação em que hoje temos 20% de desempregados e 40% da população abaixo da linha da pobreza. Todas as expectativas que se tinha de mudança se esfumaram.

Um dado interessante para nós que queremos mudar a realidade de nosso

país, é que a classe política, apesar de conseguir recompor as finanças e os agentes do Estado, não recompôs sua relação com a sociedade. Não a podemos tirar do poder como fizemos em 2001, mas ela não conseguiu recompor nenhuma organização capaz de manter uma relação com o povo.

Prata: Sobre o Movimento Nacional de Empresas Recuperadas, especificamente sobre a empresa que você trabalha, a IMPA, gostaria que nos explicasse a expropriação que será votada pela Câmara de Buenos Aires e qual o impacto e o significado dessa votação?

Murua: A IMPA é a primeira empresa recuperada pelos trabalhadores e como não havia uma lei de expropriação, os trabalhadores passaram a reivindicá-la. Há cerca de um mês e meio, houve uma decisão judicial-policial de falência e desocupação da empresa e, depois de uma luta, de companheiros presos, feridos, da resistência de classe em frente à planta, conseguimos retomar e estamos exigindo da legislatura portenha uma lei de expropriação, pois estamos trabalhando de maneira ilegal, sem um marco jurídico e queremos uma garantia de que não vão mais nos tirar dali.

De qualquer maneira, é um tipo de alívio aos trabalhadores. A lei de expropriação permite que o patrimônio e os maquinários sejam usados pelos trabalhadores para a produção. Há uma primeira fase que contempla três anos, depois há uma complementação dessa lei para a expropriação definitiva.

Prata: A expectativa de aprovar essa lei é posi-

tiva?

Murua: Estamos convencidos que sim. Temos que ser responsáveis nesse ponto para não nos equivocarmos, mas tivemos reuniões com 33 dos 60 legisladores e somos maioria. E a oposição - a direita dentro da legislatura - já disse que não vai se opor a essa votação.

De qualquer maneira, seguimos trabalhando, porque podem demorar mais ou menos semanas. Os legisladores disseram que têm seu próprio tempo. Portanto, não podemos ficar a vida inteira atrás disso. Se os legisladores não quiserem legislar, atuaremos de outra forma: ocuparemos a legislatura, como já fizemos outras vezes, até que aprove a lei, porque é um compromisso deles conosco.

Os trabalhadores da IMPA já fizeram muitos esforços. Não só recuperaram o trabalho para eles, mas saíram para tomar outras empresas e abriram o espaço da fábrica para a comunidade. Temos um centro de saúde, um colégio para as crianças e adultos, enfim, a IMPA não é só uma empresa recuperada, é uma empresa aberta ao conjunto do povo, que abre espaço para as organizações populares.

Com respeito ao movimento, há um empate técnico entre os trabalhadores e o Estado. O Estado não pode nos tirar da fábrica e, nós, devido à relação de forças, tampouco conseguimos arrancar políticas de estatização mais fortes, de que necessitam os trabalhadores. Políticas públicas ativas, que permitam o financiamento ou a incorporação de novas tecnologias para as empresas recuperadas.

PERU

Polícia mata um grevista e fere cinco

A polícia atacou com tiros os trabalhadores de uma empresa de mineração em greve desde 30 de junho, matando um grevista e ferindo outros cinco, ao menos um dos feridos se encontra em estado grave. Um dos grevistas relatou: “às 9h30min da manhã carros com 200 policiais chegaram na empresa onde estávamos, se juntaram com os policiais que já vigiavam a empresa para nos atacar”. O enfrentamento entre a polícia e os grevistas ocorreu na província de Pataz (Peru), na empresa Minera Aurífera Retama S.A. (Marsa) – uma das principais mineradoras do país. Os trabalhadores entraram em greve reivindicando a porcentagem que lhes cabe do lucro que a empresa teve em 2007.

No Peru é muito comum que as mineradoras terceirizem seus serviços para burlar o pagamento dos direitos trabalhistas, como a obrigação de dividir os lucros com os trabalhadores. Na página da Internet da empresa Marsa consta que nela são empregados 2000 trabalhadores, no entanto, a Federação dos Trabalhadores em Minas assegura que são na verdade 3600 trabalhadores, entre estáveis e temporários. Isso ocorre enquanto as empresas desse setor aumentaram em mais de 500% seus lucros nos últimos anos, em 2007 chegaram a ter um lucro de 4500 milhões de dólares, aplicando assim a prática de pilhar o país e pagar uma ninharia em impostos, deixando evidente a submissão do governo do presidente Alan García aos interesses dos grandes empresários, ele que apresentou como uma de suas promessas de campanha em 2006 o aumento da taxa sobre as mineradoras para que fossem revertidos em benefícios para as populações carentes. Nesse contexto, a morte do trabalhador da empresa Marsa esquenta mais a situação de um setor que se converteu em um dos maiores centros de tensão social no país.

Ciência e Mito

Normalmente as discussões científicas não ocupam as primeiras páginas de jornais e revistas. A revista Veja, ao produzir a matéria sobre o Big Bang foi uma exceção. Veja não fez isso à toa, mas para tentar dar um cunho “científico” à religião. Arthur C. Clark declarou um dia que a ciência, para quem não a compreende, é igual à feitiçaria. A burguesia, atualmente, procura inverter esta equação e mostrar que a feitiçaria, a ignorância e a religião, são... “ciência”.

“Em busca das origens do universo, cientistas e religiosos chegam a algumas conclusões parecidas.” (Revista Veja, 25-06-08, pag. 122)

Para fazer isso, a Revista lista primeiro as evidências conhecidas (segundo ela) da Teoria:

“Teóricas – se o universo está se expandindo e resfriando, então é certo que em algum momento do passado ele foi pequeno e quente

Experimental – radiação cósmica de fundo, prevista por Gamow, detectada acidentalmente em 1965

Universo homogêneo – a matéria é distribuída na mesma proporção por todo o Cosmo, observação compatível com o modelo de uma “súbita expansão” original”

A primeira afirmação apela para o “senso comum”.



Capa da revista Veja

E que não é tão evidente assim. Pelo contrário, até o final do século XX, a “teoria” dizia que o universo havia explodido e, como em toda explosão, hoje ele desacelerava. Descobriu-se então que, ao contrário do previsto pela teoria, o universo estava em aceleração, expandia-se cada dia mais rápido. Então, a teoria estaria errada? Ora, ora... para que jogar fora uma boa teoria se os dados a contradizem? É bem melhor inventar uma correção da teoria, e aí inventaram a... energia escura, uma espécie de energia que nunca foi detectada mas que age entre as galáxias obrigando-as a se repelirem ao invés de se atraírem pela gravitação. Ah, sim, ela não age no interior das galáxias, que tem menos matéria que o previsto pela teoria – daí a necessidade da matéria escura, que atrai as estrelas entre si e mantém as galáxias como elas são hoje...

A segunda afirmação pode ser explicada por outras teorias. Dois cientistas brasileiros, Assis e Neves, fizeram um artigo no qual explicam que havia outras teorias prevendo a radiação de fundo. E, mais ainda, elas previam um valor mais aproximado ao que foi descoberto do que Gamow, que chegou a prever um valor 50 vezes maior que o teórico! Mas, no final, ficou a teoria do big bang e as outras foram “esquecidas”.

Por último, a questão do universo “homogêneo” é controversa até hoje, já que os dados mostram uma série de “irregularidades” e, para cada uma mostrada, é acrescentado um novo “pedaço” à teoria para explicar como ela pode ter sido produzida.

Esta abordagem de Veja, aliás, repete um erro comum: que os dados e par-

tes da teoria existem independentemente uns dos outros. Em um site de dois cientistas que defendem a teoria (Björn Feuerbacher e Ryan Scranton), encontramos a explicação:

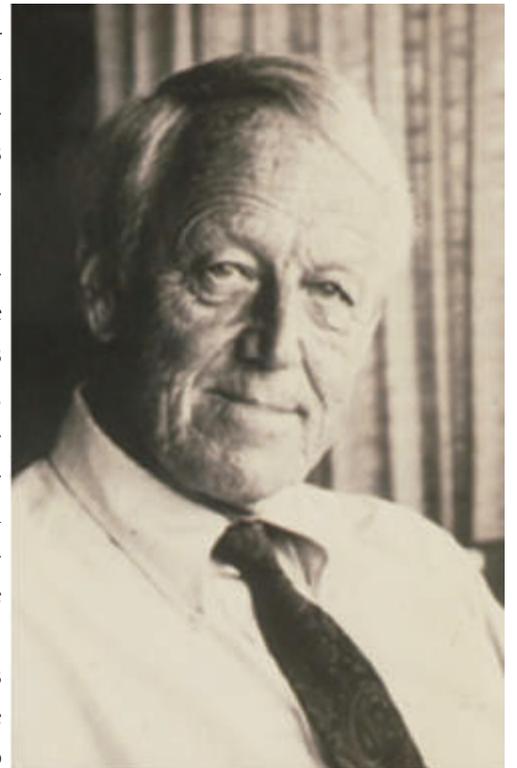
“Esta é uma longa lista de parâmetros – São tantos que se pode argumentar que uma teoria com tantos ajustes pode ser ajustada para qualquer conjunto de observações. Porém, como mencionado acima, eles não são realmente independentes. Escolher um valor para o Parâmetro de Hubble imediatamente afeta os valores esperados para a densidade e o parâmetro de desaceleração. Da mesma forma, um conjunto diferente de densidade dos componentes deverá mudar a taxa em que o Parâmetro de Hubble varia com o tempo. Além disso, existe uma grande variedade de observações cosmológicas

a serem feitas – Observações com metodologias, sensibilidades e fatores sistemáticos amplamente diferentes. Um modelo consensual tem que se enquadrar em todos os dados disponíveis, e nas últimas décadas, esses experimentos resultaram no que tem sido chamado de modelo de concordância.”

Como podemos ver, tudo isto é parte da teoria e caso nosso ponto de partida

fosse outro, outras seriam as conseqüências (inclusive a própria composição do universo). E entre os parâmetros, a densidade, ou seja, a relação entre átomos e matéria escura, é parâmetro, assim como a equação da energia escura. Dito de outra forma, sem eles não existe a teoria. São dados para que se construa a teoria, não são resultados experimentais.

Se o modelo fosse o de



Hannes Alfvén

criação contínua de matéria, é evidente que seriam necessários ajustes, mas provavelmente não seriam o de Matéria e Energia escura. Se estivéssemos trabalhando com o modelo de plasma desenvolvido por Alfvén, também teríamos outros parâmetros.

Com tantos problemas, porque o big bang se tornou a teoria de referência? Vamos examinar esta questão em um próximo artigo.

Sites para consultas

Uma conferência de Alfvén sobre mito e ciência:

http://articles.adsabs.harvard.edu/cgi-bin/nph-iarticle_query?1984JApA....5...79A&data_type=PDF_HIGH&type=PRINTER&filetype=.pdf

Alfvén – exposição introdutória sobre a física de plasma na cosmologia:

<http://ieeexplore.ieee.org/search/wrapper.jsp?arnumber=45495>

Referências biográficas sobre Alfvén:

http://en.wikipedia.org/wiki/Hannes_Alfv%C3%A9n

Site “o big bang nunca existiu”:

<http://www.bigbangneverhappened.org/>

Carta aberta à comunidade científica:

<http://www.cosmologystatement.org/>

Tradução para português – www.marxismo.org.br

Site do professor da Unicamp Andre Assis:

<http://www.ifi.unicamp.br/~assis/>

Sites dos defensores do big bang:

<http://www.talkorigins.org/faqs/astronomy/bigbang.html>

<http://www.eclipse.net/~cmmiller/DM/>

<http://www.lbl.gov/Science-Articles/Archive/sabl/2007/Nov/darkenergy1.html>

http://www.astro.ucla.edu/~wright/cosmology_faq.html

RIO DE JANEIRO

A outra face da Barbárie: A polícia assassina de Sérgio Cabral

EMILIANO ARAÚJO

A Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro se consagra como a organização político – militar que a soldo da burguesia, secularmente organiza e efetua a matança de pobres, trabalhadores e negros na cidade do Rio de Janeiro.

Instrumento da classe dominante utilizado para domesticar os dominados e possibilitar a acumulação capitalista, esta organização cumpre papel decisivo na fase atual, em que o capital financeiro articulado ao narcotráfico e demais atividades ilícitas precisa impor um quadro de terror e barbárie para dar curso aos seus interesses. Interesses que se refletem na organização de atividades econômicas mafiosas que se baseiam no controle armado de territórios de favelas e bairros pobres e cujos efeitos causam a desagregação social.

Neste quadro deve-se situar a recente ação perpetrada por policiais militares no bairro da Tijuca (bairro tradicional da classe média), que confundiram um carro no qual estavam uma família, mulher e duas crianças com um carro que perseguiam e no qual se encontravam bandidos. Numa ação brutal, tipicamente de extermínio, os policiais literalmente metralharam o carro, produzindo a morte de uma criança de três anos de idade.

Rapidamente Sérgio Cabral e seu secretário de Segurança Pública, José Mariano Beltrame invocaram o “despreparo” dos policiais que segundo estes senhores teriam demonstrado “uma completa falta de discernimento para agir em situação de tensão”. Para Cabral e Beltrame, o principal problema revelado por este episódio trágico seria a “incompetência” destes policiais. Realmente Cabral e Beltrame que instituíram uma doutrina

de segurança pública que aprofunda a ação genocida do Estado através de seu braço armado, liberando completamente a polícia e seus quadros para o assassinio, devem ter se ressentido profundamente desse “erro” de seus dois policiais, supondo que se as vítimas fossem bandidos ou favelados não sofreriam as conseqüências deletérias desta ação.

No dia seguinte ao episódio, Cabral anunciou a expulsão dos dois policiais da instituição militar e tentou oferecer uma explicação definitiva para o episódio, classificando os dois policiais como “débeis mentais”. Buscava dessa forma se salvar da desmoralização e no mesmo lance, através da responsabilização individual dos dois policiais, procurava preservar a instituição na qual busca se apoiar para sustentar o seu governo.

A explicação pífia encontrada por Sérgio Cabral visava encobrir sua responsabilidade direta no episódio, tendo em vista que a ação dos dois policiais não pode ser tratada como um fato isolado. É impossível compreender este evento trágico sem contextualizá-lo no quadro atual em que o estado promove uma matança generalizada, que teve sua maior expressão na intervenção no Morro do Alemão quando, em sua fase final, em apenas um dia as forças policiais mataram aproximadamente 40 pessoas.

Ombro amigo

A disposição de Cabral para seguir o rumo atual fica evidente quando o jornal “O Dia” noticiou que em 09/06, apenas três dias após o evento da Tijuca, Cabral se aconselhou “com três especialistas bem-sucedidos”: O ex-secretário de segurança de Bogotá, Hugo Acero, o ex-chefe de polícia de Houston, Lee Patrick, e o policial William Andrews, que trabalhou com Rudolph Giuliani, criador da conhecida política



Charge de Latuff por ocasião do episódio do Morro da Providência quando soldados do Exército entregaram três jovens a traficantes de morro rival

de Tolerância zero de Nova York. No ápice desse momento crítico o governador reafirma a inspiração de sua política de segurança e reforça seus laços com o imperialismo.

Polícia Genocida

A extensão da barbárie promovida pelas polícias militar e civil do estado do Rio de Janeiro pode ser dimensionada pelos dados divulgados pelo Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (ISP). São dados oficiais divulgados pela Secretaria de Segurança Pública.

Segundo relatório publicado por esse instituto, a polícia do Estado do Rio de Janeiro matou 908 pessoas no ano de 2007. Apenas nos quatro primeiros meses do ano de 2008 a polícia já matou 331 pessoas, o que leva a conclusão de que se for mantido o ritmo do extermínio, até o final do ano a polícia matará mais de 1000 pessoas.

O quadro fica mais claro se comparado com a realidade de São Paulo, aonde no ano de 2007 a polícia matou 210 pessoas. Deve-se considerar que São Paulo possui em sua capital 11 milhões de habitantes, enquanto a capital do Rio de Janeiro possui 6,6 milhões de habitantes.

Estes dados são quantificados no Rio de Janeiro desde 2003. Desde o ano de 2006

não há oscilação nos dados, só havendo uma tendência de elevação do número de autos de resistência. Se considerarmos que no ano de 2007 foram registrados 1311 homicídios praticados por criminosos em São Paulo é possível concluir que a polícia do Rio de Janeiro mata proporcionalmente mais do que o crime de São Paulo tendendo inclusive a superá-lo em números absolutos.

Os efeitos da orientação política de extermínio de Cabral ficam nítidos quando se observa que em 2006, ano que antecede a sua eleição, a polícia matou 205 pessoas nos primeiros quatro meses do ano, enquanto em 2008, segundo ano do seu governo a polícia já matou 331 pessoas nos primeiros quatro meses do ano. Tudo fica mais grave ao se considerar que esses dados quantificam eventos registrados e não a totalidade dos assassinatos praticados por policiais, como por exemplo, os homicídios praticados por milícias.

Polícia fora de controle e crise política

Esta semana Cabral se viu diante da necessidade de defender a sua política de segurança diante da opinião pública em função do impacto causado pela ocorrência de alguns eventos que demonstraram que a liberação completa para

o extermínio pode fugir ao controle. Na mesma semana em que os policiais metralharam o carro de uma família na Tijuca, um policial militar atirou a primeira roupa em um jovem na saída de uma boate na zona sul do Rio de Janeiro. Este policial fazia a segurança do filho de uma promotora de justiça, jovem que se envolveu em uma briga na saída da boate durante a madrugada. O policial matou um outro jovem de classe média para proteger o jovem citado. Além disso, alguns policiais são suspeitos do desaparecimento de uma empresária na Barra da Tijuca. Ela teria sido abordada por policiais nesse bairro da elite. Fica claro que a tropa assassina não se constitui em ameaça apenas para as vítimas de sempre, pobres e trabalhadores.

Esta percepção é um fator gerador de crise política para o governo do estado que procura produzir e disseminar o medo e dessa forma transformar a segurança pública no problema que deve ocupar corações e mentes. Uma forma de desautorizar qualquer forma de luta e desviar a atenção das reivindicações sociais. Os acontecimentos conduzem jornalistas e demais formadores de opinião da burguesia a se afastarem, ao menos temporariamente, da defesa da política de segurança de Cabral que é a sua principal bandeira e o eixo de sua política.

Os eventos citados e os dados expostos acima cumprem o papel de desmascarar os argumentos cínicos de Cabral. A crise causada pelo descontrole do aparato policial é o olho do furacão da sua própria dificuldade de governar. Cabral procura desesperadamente sustentar o seu governo policial-militar em uma instituição, a qual é incapaz de controlar, até porque esta instituição já foge ao controle da sua própria classe social.

As tarefas da juventude

Entrevista com João Westin, mais conhecido como Mineiro, membro da Coordenação Nacional da JR, que prepara o Acampamento Nacional pela Revolução.

JLC - Em relação às Tropas Brasileiras no Haiti, o que a juventude deve defender?

Mineiro - O que a ONU chama de missão de paz é uma missão de terror. Não podemos aceitar que Lula envie jovens para matar e morrer no Haiti. Inúmeros são os casos relatados de jovens estupradas pela missão de "paz" da ONU. O dinheiro gasto na ocupação militar é do povo e deve ser usado para garantir nosso direito a um futuro digno. O Haiti foi o primeiro país do mundo a abolir a escravidão, fruto da luta do povo negro haitiano contra o imperialismo. Já se passaram décadas e o Haiti continua sendo marginalizado pelos burgueses. E até hoje se paga o preço da sábia luta do povo negro. Desde 2004 exigimos de Lula o não envio de tropas para reprimir o povo irmão do Haiti, e em 2006 lançamos a Campanha Nacional "Mãos Sujas de Sangue" pelo retorno das tropas brasileiras do Haiti, que está muito atual. Temos que defender a soberania do povo haitiano.

JLC - Para a JR, o que está em jogo na Venezuela?

Mineiro - A Revolução em

curso na Venezuela, que faz com que o governo venezuelano se choque com o imperialismo e estatize empresas, tem demolido as pretensões daqueles que diziam que a luta pelo socialismo estava morta! É preciso impulsionar a solidariedade da juventude brasileira à Revolução Venezuelana, com a campanha mundial "Tirem as Mãos da Venezuela". É preciso defender as conquistas já alcançadas: as ocupações de fábricas, as nacionalizações, a não renovação da concessão pública à RCTV, universalização das vagas nas universidades públicas, aumento do salário mínimo, reforma agrária, erradicação do analfabetismo, porém é preciso avançar! A Revolução não vai ocorrer em doses homeopáticas. A Revolução é empurrada pela pressão da juventude e pelos trabalhadores que exigem a reestatização de empresas que eram estatais e que foram privatizadas, reforma agrária em áreas ainda não realizadas, estatização de fábricas ocupadas e nacionalização dos recursos naturais para que a Venezuela avance rumo ao Socialismo. A juventude tem lado, e está ao lado da classe trabalhadora venezuelana.

JLC - Qual a importância da campanha "A Amazônia é Nossa" para a JR?

Mineiro - Essa não pode ser tratada como uma campanha nacionalista. Não se trata de dizer que a Amazônia é nossa, do Brasil, mas sim de dizer que é nossa, do povo. É nossa dos trabalhadores e povos do Brasil, Venezuela, Peru, Equador... Por se tratar de uma questão que coloca a soberania do povo latino-americano, em que multinacionais a serviço do imperialismo dominam, compram e desmatam sem qualquer pudor a nossa floresta, onde as ONGs nacionais e estrangeiras se proliferam com discursos em defesa do meio ambiente e indígenas, mas todos nós sabemos quem financia essas ONGs e qual é o papel que elas cumprem. Pois é certo que a devastação e destruição da Floresta é fruto da ganância do capitalismo. Por isso a importância de se lançar uma campanha com o povo trabalhador e a juventude em defesa da Amazônia, na qual, somente a união da juventude e da classe trabalhadora poderá fazer com que nossa floresta continue de pé e com a ampla diversidade vegetal e animal que possui. A Amazônia é de todo povo latino-americano!

JLC - Qual a posição da JR sobre as drogas?

Mineiro - O tráfico de drogas é o grande negócio no capitalismo hoje. Nenhuma mercadoria no mundo garante tanta "rentabilidade" como a droga, cujo efeito direto é a destruição da força de trabalho e das forças produtivas. A falta de perspectiva da juventude, sem emprego, escola, saúde, lazer, é a base social que se apóia o tráfico de drogas. O "primeiro emprego" de muitos jovens nas periferias é o tráfico de drogas.

Reafirmamos que a solução para a questão das drogas não é de forma alguma o aumento da repressão policial. Ainda que a repressão que existe é determinada pelo caráter burguês e racista da polícia, sem contar que a polícia muitas vezes ajuda e é ajudada pelo tráfico. A repressão se dá contra os jovens da periferia por serem pobres, negros, etc. Jovens ricos usuários e mesmo traficantes dificilmente são presos. Por todas essas razões a Juventude Revolução é contra as drogas, instrumento do imperialismo para destruir materialmente e fisicamente a classe trabalhadora e a juventude. A juventude quer emprego, educação, diversão e arte!

JLC - Cotas ou Universalização do Ensino Superior Público?

Mineiro - Vagas para todos é a verdadeira bandeira que a juventude tem que levantar. Não podemos cair na divisão que é expressa nos projetos de cotas raciais nas Universidades Públicas. O governo, deputados e a Fundação Ford se unem numa verdadeira cruzada a favor das cotas. Tudo tem sua lógica! Os mesmos que se recusam a garantir a universalização do ensino, pois estão presos à política do grande capital, propõem as cotas como forma de "democratizar" o ensino. Não aceitamos essa falsa solução! É o capi-

talismo o responsável pela divisão, pelo racismo, pela exclusão dos negros nas Universidades.

JLC - E o REUNI, muda essa situação?

Mineiro - Usando do velho discurso, o governo Lula, em Abril do ano passado, decreta, o REUNI, programa que tem como objetivo "criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior". Seria positivo se tal programa não viesse na mesma linha de desmonte e privatização das universidades públicas, que acompanhado de outras medidas como o PROUNI, SINAES/ENADE, Lei de Fundações, que seguem a lógica da cartilha do Banco Mundial para a educação.

O REUNI prevê a ampliação da relação professor/aluno para 1 em 18. Isto acarreta em salas lotadas e menos tempo para os professores auxiliarem em pesquisa e extensão. Porém, a medida que mais impressiona é o aumento na taxa de aprovação para 90%, estabelecendo a "aprovação continuada". Eis o caráter do REUNI: abandona-se a "qualidade" em prol da "quantidade". O governo destrói a educação pública em nome dos índices a serem enviados às instituições internacionais como o FMI e Banco Mundial.

Mas o grande nó, neste imbróglio que o governo propõe para a educação de nível superior, está no financiamento. Se a Reforma Universitária, que ainda tramita no congresso muda o caráter da universidade, onde deixa de ser uma "instituição social" e passa se denominar "organização social", caracterizando-se assim como prestadora de serviços, e passível de cobrança, e o REUNI não inverte essa lógica. Nós nos posicionamos claramente contra o REUNI e contra o sucateamento das universidades públicas.



Jovens da JR de São Paulo posam para foto após reunião preparatória ao 11º ENJR